

TJM-SP

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

500 questões gabaritadas
Praticando

Escrevente Técnico Judiciário



CÓD: SL-039JL-23
7908433238607

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática	31
3. Raciocínio Lógico	41
4. Noções de Informática	49
5. Direito Penal	61
6. Direito Penal Militar	69
7. Direito Processual Penal	77
8. Direito Processual Penal Militar	89
9. Direito Processual Civil	93
10. Direito Constitucional	105
11. Constituição do Estado de São Paulo	119
12. Direito Administrativo	133
13. Redação oficial	149

- (A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.
 (B) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de consequência e de comparação.
 (C) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de explicação e concessão.
 (D) realçar as ideias expressas em uma frase; estabelecer relação de consequência e conformidade.
 (E) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de adição e de concessão.

3. -VUNESP - PROF (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/ EDUCAÇÃO ESPECIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Conjunção

Texto

Carolina Maria de Jesus: quem foi a escritora que denunciou a fome no país

A intimidade com a fome e a discriminação sentida na pele deixaram marcas na obra de uma das mais importantes escritoras negras da literatura brasileira. Mulher negra, mãe solo e moradora de uma comunidade pobre, Carolina Maria de Jesus nunca deixou de retratar em seus livros problemas sociais e de atribuir culpas a governantes do país já no início do século passado.

Sua voz ativa e atenta lhe conferiu relevância não apenas literária, mas também na política. Em um momento em que metade da população brasileira se encontra em insegurança alimentar, Ecoa conta um pouco da história inspiradora dessa escritora mineira, nascida na cidade Sacramento em 14 de março de 1914.

A fome sempre aparece nos textos da escritora. O professor mineiro Warley de Souza, especialista em literatura, conta que o jornalista Audálio Dantas, que apresentou Carolina para o mundo, chegou a comentar sobre isso declarando, à época, que a fome aparecia nos textos com “uma frequência irritante”.

É que Carolina sentiu a fome na pele e levou seus desabafos e críticas aos governos para dentro de suas narrativas, demonstrando profunda consciência social. Criticou bastante o governo da época.

Carolina Maria de Jesus não se casou. Levou a vida com toda a independência, fazendo da literatura seu lugar de prazer e indignação. E assim viveu até 1977. A escritora morreu no dia 13 de fevereiro, no bairro de Parelheiros, na cidade de São Paulo.

(Ed Rodrigues. Em <https://www.uol.com.br/ecoa>, 08.11.2022. Adaptado)

Em relação às informações precedentes, o trecho que inicia o 4o parágrafo – É que Carolina sentiu a fome na pele

e levou seus desabafos e críticas aos governos para dentro de suas narrativas... – serve-lhes como

- (A) digressão.
 (B) contraponto.
 (C) consequência.
 (D) justificativa.
 (E) conclusão.

4. VUNESP - ARQUEO (SOROCABA)/PREF SOROCABA/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Colocação pronominal

Leia o texto para responder à questão.

Esforço global

Em Seul, na Coreia do Sul, as latas de lixo pesam automaticamente a quantidade de comida ali jogada. Em Londres, mercados pararam de colocar datas de validade em frutas e legumes para diminuir a confusão sobre o que ainda pode ser consumido. A Califórnia agora exige que os supermercados distribuam – e não joguem fora – produtos que não foram vendidos, mas que estão bons para o consumo.

Esses são exemplos de uma ampla gama de esforços que está sendo realizada mundialmente para enfrentar dois problemas urgentes: a fome e as mudanças climáticas.

Em todo o mundo, o desperdício de alimentos é responsável por 8% a 10% das emissões globais de gases de efeito estufa, pelo menos o dobro das emissões da aviação. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, são alimentos suficientes para mais de 1 bilhão de pessoas.

Todas essas iniciativas apontam para uma desconexão no sistema global moderno: muitos alimentos são produzidos, mas não consumidos, mesmo enquanto pessoas passam fome.

Jogar fora as safras que foram plantadas, regadas, colhidas, embaladas e transportadas é um problema relativamente novo na história da humanidade. Durante séculos, as pessoas usaram tudo o que podiam: o caule de uma bananeira, cascas de vegetais, uma cenoura que crescia retorcida no subsolo. Hoje, 31% dos alimentos cultivados, transportados ou vendidos são desperdiçados.

Para Dana Gunders, diretora da ReFED, Ong focada na redução do desperdício de alimentos, “É melhor não produzir o que você sabe que não será consumido. Para fazer isso, é preciso redesenhar os sistemas. O que não é tão fácil quanto jogar sobras em uma caixa de compostagem”.

6. VUNESP - GM (PREF PALMAS)/PREF PALMAS/2023
Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Participaram de um concurso público 1200 candidatos, dos quais 30% foram aprovados. Entre os aprovados, alguns foram chamados imediatamente, e os demais ficaram na lista de espera. Se a razão do número de candidatos chamados imediatamente para o número de candidatos que ficaram na lista de espera foi $\frac{2}{3}$, o número de candidatos que ficaram na lista de espera foi

- (A) 162.
- (B) 180.
- (C) 198.
- (D) 216.

7. VUNESP - AUX (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/SAÚDE BUCAL/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Num abrigo encontram-se para adoção 63 animais entre gatos e cães. A razão entre o número de gatos e o número de cães é de 4 para 5.

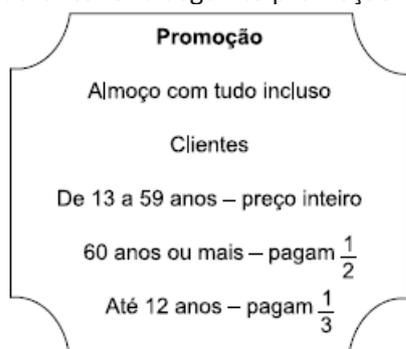
Quantos cães a mais do que gatos há nesse abrigo?

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

8. VUNESP - AUX (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/SAÚDE BUCAL/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Um restaurante fez a seguinte promoção:



Para comemorar seu aniversário de 65 anos, Jonas levou seu filho de 40 anos, sua nora de 38 anos e seus três netos de 6, 9 e 14 anos para almoçarem no restaurante com a promoção dada. A conta final ficou em R\$ 250,00.

O preço inteiro do almoço nesse restaurante é de

- (A) R\$ 40,00.
- (B) R\$ 48,00.
- (C) R\$ 55,00.
- (D) R\$ 60,00.
- (E) R\$ 65,00.

9. VUNESP - AG (PIRACICABA)/PREF PIRACICABA/ZOONOSE/2023

Assunto: Matemática - Frações e dízimas periódicas

Uma pesquisa foi realizada com determinado número de pessoas e cada pessoa entrevistada tinha 10 questões para responder. Do número total de entrevistados, $\frac{4}{9}$ responderam a todas as questões; entre os que não responderam todas as questões, $\frac{2}{5}$ deixaram apenas uma questão sem responder e os demais 120 entrevistados deixaram de responder duas ou mais questões.

O número de entrevistados que responderam a todas as questões foi

- (A) 140.
- (B) 160.
- (C) 180.
- (D) 200.
- (E) 210.

10. VUNESP - Sold (PM SP)/PM SP/2ª Classe/2023 Matemática - Frações e dízimas periódicas

Com base nas informações que constam no *site* da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pode-se concluir que, no mês de setembro de 2022, a cada hora, para cada pessoa presa em flagrante, 3 resgates foram efetuados. Se, no referido período de tempo, a soma do número de pessoas presas em flagrante com o número de resgates efetuados totalizou 36, então, o número de resgates foi igual a

- (A) 27.
- (B) 15.
- (C) 9.
- (D) 33.
- (E) 21.

6. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Uma afirmação que corresponde a uma negação da lógica da afirmação:

‘Se cada escultura é uma obra de arte, então a chuva é uma grande artista’, é

- (A) Se a chuva não é uma grande artista, então cada escultura não é uma obra de arte.
- (B) Cada escultura é uma obra de arte ou a chuva é uma grande artista.
- (C) Cada escultura não é uma obra de arte ou a chuva não é uma grande artista.
- (D) Cada escultura é uma obra de arte, e a chuva não é uma grande artista.
- (E) Se cada escultura não é uma obra de arte, então a chuva não é uma grande artista.

7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Um pouco antes de entrarem para prestar a prova de um concurso, 5 pessoas fizeram afirmações que soaram um tanto parecidas.

Letícia afirmou: “Se o concurso é longo e é difícil, então os candidatos estudam.”

Pedro afirmou: “Se os candidatos estudam, então o concurso é longo e é difícil.”

Mércia afirmou: “Se os candidatos não estudam, então o concurso não é longo e não é difícil.”

Célia afirmou: “Se o concurso não é longo ou não é difícil, então os candidatos não estudam.”

Rodrigo afirmou: “Se o concurso é longo ou é difícil, então os candidatos não estudam.”

Duas dessas pessoas disseram afirmações logicamente equivalentes entre si. Essa dupla de pessoas é

- (A) Letícia e Rodrigo.
- (B) Rodrigo e Mércia.
- (C) Célia e Mércia.
- (D) Pedro e Mércia.
- (E) Pedro e Célia.

8. VUNESP - PTIC (UNICAMP)/UNICAMP/DESENHISTA DE PÁGINAS DA INTERNET (WEB DESIGNER)/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação:

Eu nasci em São Paulo e estudei em Campinas.

Uma negação lógica para a afirmação acima é

- (A) Eu não nasci em São Paulo e não estudei em Campinas.
- (B) Eu nasci em Campinas e estudei em São Paulo.
- (C) Eu não estudei em Campinas ou não nasci em São Paulo.
- (D) Eu não nasci em Campinas e não estudei em São Paulo.
- (E) Eu não estudei em São Paulo ou não nasci em Campinas.

9. VUNESP - PAA (UNICAMP)/UNICAMP/TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte afirmação:

Eu viajo nas férias ou estudo para o concurso.

Assinale a alternativa que apresenta uma negação lógica para a afirmação apresentada.

- (A) Eu não estudo para o concurso e não viajo nas férias.
- (B) Eu não viajo nas férias ou não estudo para o concurso.
- (C) Eu não estudo para o concurso e viajo nas férias.
- (D) Eu não viajo nas férias ou estudo para o concurso.
- (E) Eu viajo nas férias e estudo para o concurso.

10. VUNESP - ACE (TCM SP)/TCM SP/ADMINISTRAÇÃO/2023

Assunto: Raciocínio Lógico - Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Se a fiscalização é feita corretamente e as auditorias são consistentes, então os municípios estão satisfeitos. Sabendo-se que os municípios não estão satisfeitos, conclui-se corretamente que

- (A) a fiscalização foi feita corretamente ou as auditorias foram consistentes.
- (B) a fiscalização foi feita corretamente, mas as auditorias não foram consistentes.
- (C) a fiscalização não foi feita corretamente, mas as auditorias foram consistentes.

4. VUNESP - ASOC (CAMPREV)/CAMPREV/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Tem-se o seguinte conteúdo da pasta C:\Temp\Controle em um computador com Microsoft Windows 10, sendo exibido no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão.

Nome	Data de modificação	Tipo
Apresentações	11/12/2022 14:17	Pasta de arquivos
Contrato	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Documentos	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Financeiro	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Tarefas.txt	22/01/2023 20:35	Documento de Te...

Considerando que a pasta Apresentações está vazia, um usuário executou as seguintes ações.

I. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Contrato e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

II. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Documentos e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

III. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Financeiro e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

IV. Clicou com o botão primário do mouse sobre o arquivo Tarefas.txt e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

Considerando que todas as ações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa com o resultado correto, sobre o conteúdo da pasta Apresentações.

- (A)
 - Apresentações
 - Contrato
 - Documentos
 - Financeiro
 - Tarefas.txt
- (B)
 - Apresentações
 - Contrato
 - Documentos
 - Financeiro
 - Tarefas.txt
- (C)
 - Apresentações
 - Contrato
 - Documentos
 - Financeiro
 - Tarefas.txt
- (D)
 - Apresentações
 - Contrato
 - Documentos
 - Financeiro
 - Tarefas.txt
- (E)
 - Apresentações
 - Contrato
 - Tarefas.txt
 - Documentos
 - Financeiro

5. VUNESP - AG POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Para fins de punição penal, a falsificação do cartão de crédito e a falsificação de testamento particular

- (A) são tratadas igualmente, sendo ambos os objetos materiais considerados documento público.
- (B) são tratadas igualmente, sendo ambos os objetos materiais considerados documento particular.
- (C) são tratadas diferentemente, pois o primeiro objeto é considerado documento particular e, o segundo, documento público.
- (D) são tratadas diferentemente, pois o primeiro objeto é considerado documento público e, o segundo, documento particular.
- (E) são tratadas diferentemente, pois falsificar o primeiro objeto material sequer constitui crime.

6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Público (art. 297 do CP)

Falsificar, no todo ou em parte, documento emanado de entidade paraestatal, as ações de sociedade comercial e o testamento particular configura o crime de

- (A) falsificação de documento público.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsidade ideológica.
- (D) falsidade material de atestado ou certidão.
- (E) falsificação do selo ou sinal público.

7. VUNESP - AFT (PREF VZ. PTA.)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Direito Penal - Falsificação de Documento Particular (art. 298 do CP)

Para fins penais, a falsificação de cartão de crédito ou de débito

- (A) é punida com a pena do crime de falsidade ideológica.
- (B) é punida com a pena do crime de falsidade de documento público.
- (C) é punida com a pena do crime de falsidade de documento particular.
- (D) é punida com a pena do crime de petrechos de falsificação.
- (E) não tem expressa previsão legal e será punida, apenas, se houver efetivo prejuízo para a vítima.

8. VUNESP - ESC POL (PC RR)/PC RR/2022

Assunto: Direito Penal - Uso de Documento Falso (art. 304 do CP)

Com relação aos crimes contra a fé pública, é correto afirmar que

- (A) a falsificação grosseira, que descaracteriza o crime de falso, é aquela reconhecível *ictu oculi*, percebida por toda e qualquer pessoa que manuseie o documento.
- (B) o uso do documento falso, pelo próprio falsificador, implicará a sua responsabilização pelo crime de uso de documento falso e o de falsificação de documento, em concurso material.
- (C) a falsidade material trata de alteração no conteúdo do documento, mantendo-se sua forma.
- (D) o crime de falsidade ideológica, em documento público, admite a modalidade culposa.
- (E) nos crimes de falsidade ideológica, é imprescindível a realização de perícia no documento, não se admitindo outros meios de prova.

9. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Penal - Uso de Documento Falso (art. 304 do CP)

Mévio, aprovado em processo seletivo para trabalhar como operador de trator, a fim de cumprir exigência da empresa contratante, apresenta atestado médico, por ele adquirido, em que consta a falsa informação de não uso de medicação controlada, de uso contínuo. A respeito da conduta de Mévio, é correto dizer que, em tese, caracteriza o crime de

- (A) certidão ou atestado ideologicamente falso.
- (B) falsidade material de atestado ou certidão.
- (C) uso de documento falso.
- (D) falsidade de atestado médico.
- (E) falsidade ideológica.

10. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Penal - Falsa Identidade (arts. 307 a 308 do CP)

Caio, tendo conhecimento que possui contra si mandado de prisão expedido por falta de pagamento de pensão alimentícia, ao ser parado em blitz policial, apresenta ao policial carteira de habilitação de Tício, amigo que estava no carro e consentiu com a apresentação de seu documento. A respeito da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

5. FCC - PJ (MPE MT)/MPE MT/2019

Assunto: Direito Penal - Falsa Identidade (arts. 307 a 308 do CP)

De acordo com o ordenamento jurídico e o posicionamento dos tribunais superiores acerca dos crimes contra a fé pública,

(A) não comete o delito de falsa identidade (art. 307) do Código Penal aquele que, conduzido perante a autoridade policial, atribui a si falsa identidade com o intuito de ocultar seus antecedentes, tendo em vista o princípio da autodefesa.

(B) assim como nos demais crimes não patrimoniais em geral, os delitos contra a fé pública são incompatíveis com o instituto do arrependimento posterior, dada a impossibilidade material de haver reparação do dano causado ou a restituição da coisa subtraída.

(C) a conduta do agente que altera, em parte, testamento particular, é tipificada como falsificação de documento particular.

(D) tanto o charlatanismo (art. 283), quanto o curandeirismo (art. 284), são classificados no Código Penal como crimes contra a fé pública.

(E) fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer papel público constitui contravenção penal.

6. FCC - TJ TRT18/TRT 18/ADMINISTRATIVA/AGENTE DE POLICIA JUDICIAL/2023

Assunto: Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Considere os seguintes tipos penais, relativos aos crimes contra a administração:

1. Prevaricação a. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

2. Peculato b. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

3. Concussão c. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

4. Corrupção Passiva d. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

A correta correlação entre os tipos penais e os crimes é:

(A) 1-a - 2-d - 3-b - 4-c.

(B) 1-d - 2-b - 3-a - 4-c.

(C) 1-d - 2-a - 3-b - 4-c.

(D) 1-b - 2-d - 3-a - 4-c.

(E) 1-d - 2-b - 3-c - 4-a.

7. FCC - Sold (PM)/PM AP/Combatente/2022

Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Jonas, policial em patrulhamento em determinada cidade, decide, no meio do seu expediente de trabalho, estacionar a viatura que conduzia, em via pública, para tomar café em uma padaria, deixando as chaves na ignição do veículo. Um indivíduo não identificado, aproveitando-se da situação, ingressa no interior da viatura e a subtrai do local.

Nesse caso, Jonas poderá ser responsabilizado por peculato

(A) culposo.

(B) furto.

(C) apropriação.

(D) mediante erro de outrem.

(E) desvio.

8. FCC - TJ TRT5/TRT 5/ADMINISTRATIVA/AGENTE DA POLICIA JUDICIAL/2022

Assunto: Direito Penal - Peculato (art. 312 do CP)

Abigail, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho, resolveu subtrair para si duas impressoras instaladas em seu local de trabalho, patrimônio do tribunal. Para tanto, convenceu seu namorado, Pablo, desempregado, a acompanhá-la na cena do crime. Após o término do expediente, valendo-se da facilidade que seu cargo lhe proporcionava, Abigail se identificou na portaria do tribunal informando que precisava buscar alguns pertences pessoais que havia esquecido na repartição onde trabalha, tendo o seu acesso sido autorizado pelos funcionários da segurança. Dando continuidade ao seu intento criminoso, Abigail, conhecedora das instalações do local e da estrutura do prédio, subtraiu as referidas impressoras e as entregou pela janela para Pablo que aguardava do lado de fora do prédio. Na sequência, ele colocou as impressoras no interior de seu veículo, evadindo-se do local. Abigail, logo em seguida, consegue sair do tribunal sem despertar qualquer suspeita. Ocorre, contudo, que o crime é descoberto, após a checagem de rotina das câmeras de segurança instaladas no local, ocasião em que a polícia foi acionada, vindo a deter os criminosos. Diante do caso hipotético acima descrito, e à luz do ordenamento jurídico nacional,

(D) As causas de impedimento e suspensão decorrentes do parentesco por afinidade não cessarão com a dissolução do casamento, se houver filhos menores, cessando, no entanto, se inexistir filhos ou, se existir, já tenham atingido a idade adulta.

(E) Não poderão figurar no mesmo processo, em juízos coletivos, juízes que sejam parentes entre si, ainda que afins, em linha reta ou colateral, inclusive até o terceiro grau.

5. VUNESP - NER (TJ SP)/TJ SP/REMOÇÃO/2022

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

O juiz se declarará impedido se

(A) ele próprio ou seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, for parte ou diretamente interessado no feito.

(B) tiver aconselhado qualquer das partes.

(C) for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

(D) ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2021

Assunto: Direito Processual Penal - Do Juiz (arts. 251 a 256 do CPP)

A respeito do impedimento e da suspeição do Juiz, é correto afirmar que

(A) as causas de impedimento e suspeição do Juiz não se aplicam aos serventuários e servidores da justiça.

(B) as causas de impedimento estão relacionadas ao animus subjetivo do juiz quanto às partes; enquanto as de suspeição referem-se a vínculos objetivos do Juiz com o processo.

(C) o Juiz restará impedido de atuar no processo se ele ou seu cônjuge, seus ascendentes ou descendentes estiverem respondendo a processo por fato análogo.

(D) mesmo dissolvido o casamento, ainda que sem filhos em comum, o Juiz não poderá figurar em processos em que são partes os pais e irmãos do ex-cônjuge.

(E) o Juiz restará suspeito para atuar em processo em que o próprio já tenha atuado como autoridade policial ou mesmo órgão do Ministério Público.

7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Do Acusado e seu Defensor (arts. 259 a 267 do CPP)

Tício, estudante de direito, é réu em ação penal, tendo sido assistido por defensor público, ao longo de toda a instrução. Absolvido pelo Juízo de Primeiro Grau, o Ministério Público recorreu. Tício, nessa ocasião, já era advogado, devidamente habilitado junto ao órgão de classe, tendo ele próprio apresentado as contrarrazões ao recurso do Ministério Público, para a manutenção da sentença absolutória. Diante da situação hipotética e nos termos dos artigos 261 a 267 do Código de Processo Penal, assinale a alternativa **correta**.

(A) Ainda que Tício tenha sido assistido por defensor público, não há qualquer vedação legal para que ocorra a substituição por defensor particular, sendo ainda permitido que ele mesmo exerça a própria defesa, já que habilitado.

(B) Embora seja permitido ao acusado, se habilitado, exercer a própria defesa, tendo Tício sido assistido por defensor público ao longo do processo, é vedada a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(C) Ainda que advogado, devidamente habilitado, por expressa vedação legal, Tício não pode exercer a própria defesa.

(D) Tendo sido a defesa de Tício exercida por defensor público, ao longo do processo, por expressa disposição legal, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

(E) Tício, ainda que advogado, não pode exercer a própria defesa; ademais, tendo sido defendido por defensor público ao longo do processo, vedada é a substituição por defensor particular, na fase recursal.

8. VUNESP - JE TJRO/TJ RO/2019

Assunto: Direito Processual Penal - Dos Assistentes (arts. 268 a 273 do CPP)

A respeito do assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

(A) O assistente da acusação, na fase de ação penal, só é admitido até a fase de sentença.

(B) Ao assistente da acusação é permitido propor todos os meios de prova admitidos em direito, inquirir testemunhas, bem como aditar a denúncia ofertada pelo órgão de acusação.

(C) O assistente da acusação é admitido tanto na fase de inquérito quanto na fase de ação penal, seja nas de iniciativa pública ou privada.

(E) o Auto de Prisão em Flagrante Delito subsidiará as informações a serem registradas no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), conjuntamente com aquelas obtidas a partir do relato do próprio autuado na audiência de custódia.

5. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2015

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, considera-se em flagrante delito quem

- (A) é perseguido até 72 horas logo após o fato delituoso, em situação que faça acreditar ser ele o seu autor.
- (B) praticar infrações permanentes enquanto não cessar a permanência.
- (C) acaba de cometer o crime, até o prazo de 48 horas.
- (D) está cometendo o crime, até o prazo de 48 horas.
- (E) é encontrado, independentemente de prazo, com instrumentos, objetos, material ou papéis que façam presumir a sua participação no fato delituoso.

6. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2014

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Assinale a alternativa correta em relação à “Menagem”.

- (A) A menagem a militar não poderá efetuar-se no lugar em que residia o réu quando ocorreu o crime ou seja, sede do juízo que o estiver apurando, devendo ser indicado local diverso para cumprimento.
- (B) A menagem a civil será no lugar em que o réu residia quando ocorreu o crime, não considerando-se para tanto a sede do juízo ou o local da administração militar onde ocorreram os fatos.
- (C) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a quatro anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.
- (D) A menagem poderá ser concedida pelo comandante do militar acusado, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a dois anos, tendo-se, porém, em atenção a conduta disciplinar do acusado, exigindo-se que o militar esteja, no mínimo, no bom comportamento.
- (E) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa de liberdade não exceda a cinco anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado.

7. VUNESP - TEC ADM (PM SP)/PM SP/2011

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Prisão e da Liberdade Provisória (arts. 220 a 276 do CPPM)

Para a decretação da prisão preventiva, são necessários como requisitos e fundamentos, respectivamente:

(A) Requisitos : indícios do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

(B) Requisitos: prova do fato delituoso e indícios suficientes de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

(C) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal, periculosidade do indiciado ou do acusado, segurança da aplicação da lei penal militar, exigência da manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares, quando ficarem ameaçados ou atingidos com a liberdade do indiciado ou do acusado.

(D) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ter o indiciado residência fixa, haver fundada dúvida sobre sua identidade, necessário ao bom andamento das investigações.

(E) Requisitos: prova do fato delituoso e prova de autoria. Fundamentos: não ser o indiciado primário, não possuir bons antecedentes, ter sido o indiciado condenado por crime doloso.

8. VUNESP - CFO/QC (ESFCEX)/ESFCEX/DIREITO/2022

Assunto: Direito Processual Penal Militar - Da Citação, da Intimação e da Notificação (arts. 277 a 293 do CPPM)

Nos termos do Código de Processo Penal Militar, a citação far-se-á por oficial de justiça

- (A) mediante precatória, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.
- (B) pelo correio, quando o acusado estiver servindo ou residindo fora dessa sede, mas no País.

4. VUNESP - PROC M (V PAULISTA)/PREF V PAULISTA/2021

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

A atividade jurisdicional deve ser revestida de publicidade por se tratar de exercício de poder público. Nesse panorama, os atos processuais devem ser públicos, todavia tramitam em segredo de justiça todos os processos

- (A) em que exista interesse difuso, envolvendo a demanda.
- (B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.
- (C) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à personalidade.
- (D) que tratem de arbitragem.
- (E) de inventário ou arrolamento.

5. VUNESP - PJJ (CM SERTÃOZINHO)/CM SERTÃOZINHO/2019

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Sobre o instituto denominado como calendário processual, assinale a alternativa correta.

- (A) De comum acordo, as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da homologação do juiz.
- (B) O calendário vincula as partes e não o juiz.
- (C) É indispensável a intimação das partes para a realização de audiência cuja data tiver sido designada no calendário.
- (D) O juiz fixará calendário para a prática dos atos processuais, independentemente da concordância das partes.
- (E) Dispensa-se a intimação das partes para a prática de ato processual cujas datas tiverem sido designadas no calendário.

6. VUNESP - ADV (PREF ARUJÁ)/PREF ARUJÁ/2019

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

Quanto aos atos e fatos processuais, pode-se afirmar que

- (A) os pronunciamentos do juiz consistem em sentenças, despachos, decisões interlocutórias e atos ordinatórios.

(B) após o advento do processo eletrônico, é defeso utilizar taquigrafia ou estenotipia para o registro de atos processuais.

(C) os atos processuais serão realizados em dias úteis das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.

(D) a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 20 (vinte) horas do último dia do prazo.

(E) independentemente de autorização judicial, as penhoras poderão ser realizadas em período de férias forenses.

7. VUNESP - ESP GOV (BAURU)/PREF BAURU/PROCURADOR JURÍDICO/2018

Assunto: Direito Processual Civil - Da Forma dos Atos Processuais (arts. 188 a 211)

O ato processual pode assim ser definido como toda manifestação de vontade praticada no processo, seja lá por qual participante da relação jurídica processual (autor, réu, juiz, perito, escrevente etc.), necessariamente previsto ou permitido pelo procedimento, sob o qual corre determinada ação. O Código de Processo Civil de 2015 regulamenta a prática eletrônica dos atos processuais, nos seguintes termos:

- (A) as unidades do Poder Judiciário deverão manter gratuitamente, à disposição dos interessados, equipamentos necessários à prática de atos processuais e à consulta e ao acesso ao sistema e aos documentos dele constantes.
- (B) os atos processuais não podem ser realizados de forma parcialmente digital.
- (C) o registro de ato processual eletrônico deverá ser feito em padrões abertos ou fechados, que atenderão aos requisitos de autenticidade, observada a infraestrutura de chaves públicas, estadual ou regional.
- (D) compete aos tribunais, de forma primária, regulamentar a prática e a comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.
- (E) as unidades do Poder Judiciário assegurarão aos idosos acessibilidade à comunicação eletrônica dos atos processuais.

(D) não poderá impetrar mandado de segurança nem *habeas data*, pois ainda não decorreu o prazo de 90 (noventa) dias que a administração tem para responder.

(E) poderá impetrar *habeas data*, que tem gratuidade garantida expressamente pela Constituição Federal.

5. VUNESP - GCM (F VASCONCELOS)/PREF F VASCONCELOS/2020

Assunto: Direito Constitucional - *Habeas Data*

Nos termos da Constituição Federal, é **correto** afirmar que para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, conceder-se-á

- (A) *Habeas data*.
- (B) Mandado de injunção.
- (C) *Habeas corpus* preventivo.
- (D) Mandado de retificação.
- (E) Mandado de segurança.

6. VUNESP - PJ (CM PINDORAMA)/CM PINDORAMA/2020

Assunto: Direito Constitucional - Ação Popular

Nos termos da Constituição Federal, qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise

(A) edição de norma regulamentadora, cuja falta torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.

(B) assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

(C) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo administrativo, sigiloso ou não.

(D) proteção de direito líquido e certo, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

(E) anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

7. VUNESP - O.S (PREF MARÍLIA)/PREF MARÍLIA/2023

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal, no seu artigo 7º: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social”: XXL – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de:

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 40 dias.
- (E) 60 dias.

8. VUNESP - PER CRIM (PC RR)/PC RR/FÍSICA/2022

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

Quanto ao trabalho do menor de dezoito anos, a Constituição Federal estabelece:

- (A) terá direito à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.
- (B) é garantida a irredutibilidade do seu salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (C) não poderá ter a duração do seu trabalho normal superior a quarenta horas semanais.
- (D) poderá trabalhar na condição de aprendiz, apenas a partir dos dezesseis anos de idade, até atingir a maioridade civil.
- (E) a lei deverá garantir o percebimento, em seu grau máximo, dos adicionais de periculosidade e insalubridade.

9. VUNESP - ABPREV (VALIPREV)/VALIPREV/2020

Assunto: Direito Constitucional - Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º da CF/1988)

A respeito dos direitos sociais, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- (A) Fica facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (B) É direito dos trabalhadores jornada de 8 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (C) O aposentado filiado tem direito a votar, mas não é elegível para cargos de direção nas organizações sindicais.

5. VUNESP - PROC (PGE SP)/PGE SP/2018

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

Segundo a Constituição do Estado de São Paulo, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno, sobre o qual é correto afirmar:

(A) são legitimados para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estaduais ou municipais, contestados em face da Constituição do Estado de São Paulo ou por omissão de medida necessária para tornar efetiva norma ou princípio desta Constituição, no âmbito de seu interesse.

(B) não há de se falar em forma integrada de sistema de controle interno, conceito inconstitucional, por ferir o princípio da separação dos Poderes e a competência do Tribunal de Contas do Estado.

(C) deverão avaliar as metas previstas no plano plurianual, nas diretrizes orçamentárias e no orçamento anual por meio de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas.

(D) ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

(E) podem convocar a qualquer momento o Procurador -Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e o Defensor Público-Geral para prestar informações a respeito de assuntos previamente fixados, relacionados com a respectiva área.

6. VUNESP - PROC (FAPESP)/FAPESP/2018

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Legislativo (arts. 9º a 36 da CE-SP)

No tocante à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade, ilegalidade, ou ofensa aos princípios do artigo 37 da Constituição Federal, dela darão ciência

(A) ao Ministério Público, para as providências civis, criminais e administrativas.

(B) ao Ministério Público, sob pena de serem responsabilizados criminalmente pela omissão.

(C) ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

(D) ao Presidente da Assembleia Legislativa, que remeterá a denúncia à Procuradoria do Tribunal de Contas.

(E) à Procuradoria do Estado, sob pena de responsabilidade funcional, se servidor público, ou civil, se particular sem vínculo com o Estado.

7. VUNESP - DG (CM POTIM)/CM POTIM/2021

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Executivo (arts. 37 a 53 da CE-SP)

Suponha a seguinte situação hipotética: o Governador e o Vice-Governador faleceram juntos num acidente automobilístico, no último ano do período governamental.

De acordo com as regras constantes da Constituição do Estado de São Paulo, pode-se corretamente afirmar que

(A) deverá ser realizada nova eleição, para escolha de novo Governador e Vice-Governador para um mandato de 4 (quatro) anos.

(B) deverá ser realizada nova eleição, para escolha de novo Governador e Vice-Governador para completar o período de governo restante.

(C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça, para completar o período de governo restante.

(D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça, para um mandato de 4 (quatro) anos.

(E) será convocada eleição indireta, pela Assembleia Legislativa, para escolha de novo Governador e Vice-Governador, para completar o período de governo restante.

8. VUNESP - OF ADM (SEDUC SP)/SEDUC SP/2019

Assunto: Direito Constitucional - Do Poder Executivo (arts. 37 a 53 da CE-SP)

Nos termos da Constituição do Estado de São Paulo, em caso de impedimento do Governador e do Vice-Governador, serão sucessivamente chamados ao exercício da Governança

(A) o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Tribunal de Justiça.

(B) o Secretário-Chefe da Casa Militar e o Presidente da Assembleia Legislativa.

(C) o Procurador-Geral do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça.

4. VUNESP - ANA LEG (ALESP)/ALESP/"SEM ÁREA"/2022

Assunto: Direito Administrativo - Da Aposentadoria (arts. 222 a 232 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que Joana tem 62 (sessenta e dois) anos e é servidora pública do Estado de São Paulo há quarenta anos. Faz quatro meses que ela apresentou na repartição competente pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito. Com base na Constituição do Estado de São Paulo, é correto afirmar que

- (A) Joana poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade, pois já se passaram noventa dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária.
- (B) como a repartição pública tem até 180 (cento e oitenta) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária, Joana deverá continuar trabalhando até tal prazo ter decorrido, sob pena de receber punições administrativas.
- (C) como já se passaram mais de 45 (quarenta e cinco) dias da entrada do requerimento da aposentadoria voluntária, Joana deverá enviar uma carta com aviso de recebimento para a repartição, informando que em até 30 (trinta) dias cessará o exercício da função pública.
- (D) Joana deverá comunicar formalmente ao setor responsável que já se passaram mais de 30 (trinta) dias da apresentação do seu requerimento de aposentadoria voluntária e, se mantida a inércia por mais 15 (quinze) dias, poderá cessar o exercício da função pública.
- (E) a repartição pública tem até 120 (cento e vinte) dias para analisar o pedido de aposentadoria voluntária formulado por Joana.

5. VUNESP - PSIJ (TJ SP)/TJ SP/2022

Assunto: Direito Administrativo - Do Direito de Petição (arts. 239 e 240 da Lei nº 10.261/1968)

Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual no 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

(C) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.

(D) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.

(E) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.

6. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Das Penalidades e de sua Aplicação (arts. 251 a 263 da Lei nº 10.261/1968)

A respeito das penas disciplinares, de acordo com a Lei no 10.261/68, é correto afirmar que

- (A) o inativo, por não possuir vínculo estatutário, não está sujeito a penas disciplinares.
- (B) a pena de repreensão poderá ser aplicada oralmente, nos casos de indisciplina ou falta no cumprimento dos deveres do servidor público.
- (C) a pena de suspensão não excederá o prazo de 120 (cento e vinte) dias.
- (D) o funcionário suspenso perderá metade de suas vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- (E) será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que praticar insubordinação grave.

7. VUNESP - ESC (TJ SP)/TJ SP/2023

Assunto: Direito Administrativo - Das Penalidades e de sua Aplicação (arts. 251 a 263 da Lei nº 10.261/1968)

Considere que Mário é oficial administrativo e trabalha no atendimento ao público. Certo dia, após uma longa discussão com João, seu antigo desafeto, Mário o agride fisicamente no local de trabalho e durante o horário de expediente.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei no 10.261/68, é correto afirmar que Mário

- (A) estará sujeito à pena de repreensão ou multa, caso o ato tenha provocado lesões de natureza leve.
- (B) estará sujeito à pena de demissão e a prescrição da pretensão punitiva da Administração se contará a partir do momento em que o ato for descoberto pelo seu superior hierárquico.
- (C) deverá ser demitido a bem do serviço público, salvo se tiver praticado o ato em legítima defesa.
- (D) deverá ser suspenso e a penalidade será aplicada pelo seu superior hierárquico imediato.

(B) Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.

(C) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimo Senhor Senador.

(D) Senhor Vice-Presidente da República; Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.

(E) Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhor Senador.

5. VUNESP - ODP (DPE SP)/DPE SP/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-
dância (Pronomes de Tratamento)

Assinale a alternativa que preenche correta e respec-
tivamente as lacunas do trecho abaixo, extraído de um
ofício de uma Câmara Municipal dirigido a um defensor
público.

“Convidamos _____ a comparecer em uma de nos-
sas reuniões ordinárias a fim de prestar esclarecimentos
com relação ao funcionamento da Defensoria Pública no
Município. Para tanto, solicitamos- _____ a gentileza de
agendar _____ presença como Gabinete da Presidên-
cia”.

- (A) Vossa Excelência ... vos ... vossa
- (B) a Sua Excelência ... lhe ... vossa
- (C) Sua Excelência ... vos ... vossa
- (D) Vossa Excelência ... lhe ... sua
- (E) Sua Excelência ... lhe ... sua

6. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/ ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-
dância (Pronomes de Tratamento)

Dentre as formas de tratamento em correspondên-
cias oficiais, Vossa Excelência e Sua Excelência são usados
como a forma mais elevada de tratamento para Presiden-
tes dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Deve-se observar que suas respectivas abreviaturas, V.
Exa. e S. Exa.,

(A) podem ser usadas na redação intermediária de do-
cumentos a estes dirigidos, e nunca no cabeçalho das
correspondências.

(B) podem ser usadas ou não, facultando-se a que re-
dige tal opção de redação em documentos oficiais e
comerciais.

(C) não podem ser usadas, como regra usual, para apli-
cação de formas de tratamento dirigidas aos cargos ci-
tados.

(D) podem ser usadas em correspondências de alto
escalon de governo, seja em municípios, distritos fede-
rais, estados ou federação.

(E) podem ser usadas, preferencialmente como V.Exa.,
restringindo-se o uso de S.Exa quando forem de alto
escalon de governos latino-americanos.

7. VUNESP - AUX (PREF PERUÍBE)/PREF PERUÍBE/ ADMINISTRATIVO/2023

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-
dância (Pronomes de Tratamento)

As formas de tratamento Vossa Magnificência e Vossa
Excelência Reverendíssima, são aplicados ao tratamento
respectivo de

- (A) um Juiz Federal e um Representante Regional de
Igreja.
- (B) um Desembargador e um Bispo.
- (C) um reitor e um arcebispo.
- (D) um juiz federal e um Monsenhor.
- (E) um reitor e um cardeal.

8. VUNESP - ASS ADM (DOCAS PB)/DOCAS PB/2022

Assunto: Redação Oficial - Conceitos, Uso e Concor-
dância (Pronomes de Tratamento)

Considere o trecho de uma comunicação oficial a se-
guir e assinale a alternativa que preenche correta e res-
pectivamente as lacunas.

Encaminhamos, à consideração de _____, a minuta
de Regulamento a ser observado nas operações _____
Setor sob _____ responsabilidade.

- (A) V.Sa. ... deste ... vossa
- (B) V.Sa. ... desse ... sua
- (C) V.Sa. ... daquele ... vossa
- (D) S.Sa. ... desse ... sua
- (E) S.Sa. ... deste ... vossa